

Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2020



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	9
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020	16

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.
Guarulhos – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 124.030 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e que, naquela data, o patrimônio líquido (passivo a descoberto) estava negativo em R\$ 1.917.274 mil e o passivo circulante excedia o ativo circulante em R\$ 1.213.102 mil.

A administração, baseada no plano de negócios, considera que a Companhia, além do fluxo de caixa das operações projetado para os próximos doze meses, também conta com o suporte financeiro dos seus acionistas para fazer frente aos compromissos de caixa e reequilíbrio do capital circulante líquido. Em 31 de dezembro de 2020, a eventual não confirmação do referido plano de negócios, juntamente com outros assuntos descritos na Nota Explicativa nº 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos e ações que estão sendo desenvolvidos pela administração para o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e da posição patrimonial da Companhia estão descritos na Nota Explicativa nº 1. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Avaliação do valor recuperável do ativo intangível relacionado à concessão

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 10 – “Intangível”, a Companhia possui montante significativo de ativos não financeiros relacionados à sua concessão, cujo o saldo em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 13.334.361 mil. Em 31 de dezembro de 2020, a situação financeira da Companhia indicava que o valor contábil desse ativo poderia exceder seu valor recuperável e, por esse motivo, a administração da Companhia realizou a atualização do teste de avaliação do valor recuperável do ativo intangível realizado em 2019.

Esse tema foi considerado novamente como uma área crítica e, devido à pandemia, um assunto ainda de maior de risco em nossa abordagem de auditoria durante 2020, tendo em vista que as estimativas e projeções presentes na avaliação do valor recuperável são intrinsecamente sujeitas a incertezas e diversos eventos ou fatores que estão além do controle da administração, especialmente aqueles cuja ocorrência depende de eventos futuros e incertos, que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações contábeis.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Com o auxílio de nossos especialistas internos em avaliação econômico-financeira procedemos com os seguintes testes durante nossos procedimentos de auditoria: **(i)** revisamos a metodologia adotada para elaboração do estudo e avaliamos se os dados considerados no estudo eram as melhores informações disponíveis e se foram consideradas sobre as práticas de mercado observáveis **(ii)** revisamos e desafiamos as principais premissas utilizadas pela administração, considerando o ambiente econômico geral, incluindo os impactos causados pela pandemia nos negócios e no planejamento da Companhia, avaliamos também as expectativas dos analistas, as premissas utilizadas no estudo anterior e seu desempenho quando comparadas com o resultado efetivamente obtido com as informações históricas utilizadas; e **(iii)** avaliamos o risco associado com o fluxo de caixa e seu efeito relacionado à taxa de desconto, objetivando analisar a razoabilidade da taxa de desconto aplicada sobre os fluxos de caixa do modelo preparados pela Companhia, levando em conta seu cálculo matemático e a utilização de melhores premissas para cálculo da taxa.

Também como parte de um dos procedimentos aplicados, elaboramos uma análise de sensibilidade independente considerando um cenário mais conservador e comparamos com o valor recuperável obtido no estudo elaborado pela administração da Companhia, com o objetivo de avaliarmos a recuperabilidade do ativo em um cenário menos favorável.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportaram nossos procedimentos de auditoria, consideramos que a avaliação do valor recuperável, elaborada pela administração da Companhia, está adequada no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo.

Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 7 – “Impostos, taxas e contribuições” subitem (b), a Companhia possui na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos o montante de R\$ 609.840 mil, provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que foram considerados pela Companhia como recuperáveis com base em estudos realizados de projeção de geração de lucros tributáveis futuros.

Esse tema foi novamente considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria de 2020, devido à subjetividade e julgamento envolvidos na elaboração da estimativa de lucro tributável futuro, que considera projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Com o auxílio de nossos especialistas internos em avaliação econômico-financeira, avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar a suficiência da projeção de lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e bases negativas não utilizados poderiam ser utilizados, incluindo as projeções operacionais, financeiras, dados macroeconômicos, do setor e de participantes de mercado, e efetuamos análise de sensibilidade das premissas mais significativas utilizadas. Envolvermos também os nossos especialistas em tributos nas análises sobre o cálculo dos impostos diferidos ativos, na validação da razoabilidade da base de cálculo dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e avaliação quanto aos aspectos qualitativos e quantitativos das diferenças temporárias.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos aceitáveis os critérios e premissas utilizados pela Companhia na avaliação do valor dos saldos do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo.

Constituição de provisão para perda esperada com crédito de liquidação duvidosa

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 6 – “Contas a receber”, em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apresentou um aumento significativo em sua provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa como consequência do impacto direto da pandemia nas empresas do segmento aéreo.

Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria durante 2020, tendo em vista que o cálculo das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa envolveu julgamentos significativos sobre os critérios e premissas utilizadas, devido ao impacto direto da pandemia, que estão além do controle da administração e que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações contábeis.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: **(i)** entendimento com responsáveis da administração sobre os principais critérios envolvidos na elaboração das premissas para cálculo da estimativa de perda esperada do contas a receber; **(ii)** avaliação das estimativas utilizadas pela administração em relação às perdas esperadas contabilizadas; **(iii)** análise da integridade das bases de cálculo utilizadas; **(iv)** testes em bases amostrais com o objetivo de validar o histórico de perda; **(v)** recálculo matemático dos índices de inadimplência; **(vi)** inspeção, em base amostral, das documentações que suportavam negociações realizadas com clientes; e realização de testes de avaliação de eventos subsequentes, em base amostral, (recebimentos subsequentes), ocorridos até a data de nosso relatório, para verificar se havia necessidade de complemento na provisão inicialmente constituída.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos aceitáveis as premissas e critérios utilizados pela administração para constituição da provisão para perda esperada com crédito de liquidação duvidosa e respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

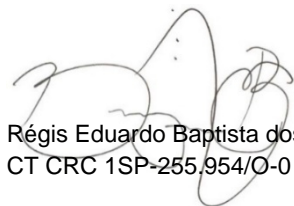
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de março de 2021



Régis Eduardo Baptista dos Santos
CT CRC 1SP-255.954/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	329.551	127.257
Aplicações financeiras vinculadas	5	145.647	46.322
Contas a receber	6	149.814	251.639
Estoques		10.310	9.678
Impostos a recuperar	7a	30.413	36.171
Adiantamentos		7.070	8.661
		<u>672.805</u>	<u>479.728</u>
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	5	128.389	126.449
Contas a receber	6	5.037	4.530
Impostos diferidos ativos	7b	609.840	19.540
Estoques		4.253	9.391
Impostos a recuperar	7a	361.934	383.869
Partes relacionadas	8	17.730	17.730
Depósitos judiciais	14	25.832	20.187
Imobilizado	9	2.653	11.248
Intangível	10	13.334.361	14.059.360
		<u>14.490.029</u>	<u>14.652.304</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>15.162.834</u></u>	<u><u>15.132.032</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

<u>PASSIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
CIRCULANTE			
Fornecedores		40.065	53.005
Empréstimos e financiamentos	11	297.842	216.082
Debêntures	12	102.671	85.711
Impostos a recolher	7d	103.703	39.677
Obrigações com empregados e administradores		9.713	20.684
Concessão de serviço público	13	1.207.381	1.477.166
Partes relacionadas	8	25.426	25.426
Receita diferida	15	21.057	19.780
Adiantamento de clientes		22.905	14.553
Outros passivos	16	55.144	139.958
		<u>1.885.907</u>	<u>2.092.042</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	11	2.372.130	2.444.340
Debêntures	12	574.082	625.673
Concessão de serviço público	13	12.089.152	11.603.123
Provisão para obrigações legais	14	29.869	17.439
Receita diferida	15	127.690	141.944
Adiantamento de clientes		1.278	715
		<u>15.194.201</u>	<u>14.833.234</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
Capital social	17	2.624.558	2.624.558
Prejuízo acumulado		(4.417.802)	(3.543.349)
Resultado do exercício		(124.030)	(874.453)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<u>(1.917.274)</u>	<u>(1.793.244)</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		<u>15.162.834</u>	<u>15.132.032</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita líquida de serviços e cessão de espaço		1.375.755	2.038.270
Receita de construção		39.543	174.037
Receita operacional líquida	18	<u>1.415.298</u>	<u>2.212.307</u>
Custo dos serviços prestados	19	(1.335.542)	(1.439.866)
Custo de construção	19	(39.543)	(174.037)
Lucro bruto		<u>40.213</u>	<u>598.404</u>
Despesas gerais e administrativas	19	(239.290)	(129.185)
Outras receitas e despesas	19	769.140	11.946
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		<u>570.063</u>	<u>481.165</u>
Resultado financeiro líquido	20	(1.284.393)	(1.172.929)
Resultado antes dos impostos		<u>(714.330)</u>	<u>(691.764)</u>
Imposto de renda e contribuição social	7c	<u>590.300</u>	<u>(182.689)</u>
Prejuízo líquido do exercício		<u>(124.030)</u>	<u>(874.453)</u>
Prejuízo líquido por ação (em reais)	26	<u>(0,041)</u>	<u>(0,288)</u>

-
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Prejuízo do exercício	<u>(124.030)</u>	<u>(874.453)</u>
Total do resultado abrangente no exercício	<u><u>(124.030)</u></u>	<u><u>(874.453)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	2.624.558	(4.417.802)	(1.793.244)
Prejuízo do exercício	-	(124.030)	(124.030)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	<u>2.624.558</u>	<u>(4.541.832)</u>	<u>(1.917.274)</u>
	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	2.624.558	(3.543.349)	(918.791)
Prejuízo do exercício	-	(874.453)	(874.453)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	<u>2.624.558</u>	<u>(4.417.802)</u>	<u>(1.793.244)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício antes dos impostos		(714.330)	(691.764)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes dos impostos com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	9/10	923.929	903.026
Baixa de imobilizado e intangível	9/10	23.710	2.636
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	6/19	61.992	15.803
Provisão para obrigações legais	14	12.430	6.178
Apropriação de receita diferida	15	(19.850)	(11.476)
Variações monetárias e encargos, líquidas		438.671	1.163.395
Reequilíbrio econômico financeiro	13/15	(911.152)	(16.276)
Realização do custo de captação de empréstimos/debêntures	12	962	5.427
Redução (aumento) nos ativos operacionais			
Contas a receber		39.326	(12.017)
Estoques		4.506	(4.666)
Outros adiantamentos		1.591	(143)
Impostos a recuperar		27.693	9.580
Depósitos judiciais		(5.645)	(6.088)
Despesas antecipadas		-	1.451
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores		(17.439)	(32.529)
Partes relacionadas		-	(457)
Obrigações com empregados e administradores		(10.971)	(2.308)
Impostos a recolher		64.026	1.764
Adiantamento de clientes		8.915	1.498
Outras obrigações e contas a pagar		(84.814)	4.196
Outorga variável	13	155.999	232.349
Pagamento outorga variável	13	(239.776)	(230.594)
Receita diferida	15	878.167	8.680
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		637.940	1.347.665
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicação financeira		(126.154)	(34.491)
Rendimento de aplicação financeira resgatada		39.728	47.844
Aquisição de intangível		(41.720)	(115.984)
Aquisição de imobilizado	9	(26)	(5)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		(128.172)	(102.636)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	11	9.735	378.375
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	11/12	(169.374)	(485.207)
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	11/12	(147.835)	(290.042)
Pagamento da outorga fixa	13	-	(1.223.366)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		(307.474)	(1.620.240)
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		202.294	(375.211)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		127.257	502.468
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		329.551	127.257
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		202.294	(375.211)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receitas		1.910.028	2.928.568
Receita tarifária e não tarifária	18	1.953.964	2.770.334
Receita de construção	18	39.543	174.037
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	19	(83.479)	(15.803)
Insumos adquiridos de terceiros		(73.697)	(1.076.603)
Custos dos serviços prestados		(673.424)	(821.754)
Custo de construção	19	(39.543)	(174.037)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		639.270	(80.812)
Valor adicionado bruto		1.836.331	1.851.965
Retenções			
Depreciação e amortização	19	(923.877)	(903.026)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		912.454	948.939
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	20	56.801	47.348
Valor adicionado total a distribuir		969.255	996.287
Distribuição do valor adicionado		969.255	996.287
Pessoal e encargos		93.991	106.275
Remuneração direta		61.935	74.224
Benefícios		26.098	26.336
FGTS		5.958	5.715
Impostos, taxas e contribuições		(339.716)	546.114
Federais		(401.151)	456.980
Municipais		61.435	89.134
Remuneração do capital de terceiros		1.339.010	1.218.351
Juros	20	279.564	311.533
Atualização outorga	20	1.047.831	886.834
Outros		11.615	19.984
Remuneração de capital próprio		(124.030)	(874.453)
Prejuízo do exercício		(124.030)	(874.453)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (“Concessionária”, “Companhia”, “Aeroporto” ou “GRU Airport”) é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) formada pela participação societária do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. Grupar (“Grupar”), uma controlada do grupo INVEPAR, com 51% e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO) com 49%, constituída em 08 de maio de 2012. A Concessionária é uma sociedade por ações de capital aberto, categoria “B” e tem como principal objeto social a prestação de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária. A Concessionária tem sede na Rodovia Hélio Smidt, s/n, Guarulhos, São Paulo.

O Governo Federal e a Concessionária assinaram o contrato de concessão do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos – Governador André Franco Montoro no dia 14 de junho de 2012, pelo período correspondente a 20 anos, tendo seu início em 11 de julho de 2012 e término em 10 de julho de 2032, podendo ser renovado por mais 05 anos. Esse contrato de concessão prevê que a Concessionária realize pagamentos de outorga fixa e variável, conforme descrito na nota explicativa nº 13.

Em dezembro de 2017, com o intuito de melhorar a estrutura de capital para os próximos anos, a Concessionária aderiu à reprogramação dos fluxos de pagamentos da contribuição fixa, instituída pela Lei nº 13.999/17, antecipando parcialmente o valor da outorga fixa de 2018 e postergando na mesma proporção o valor para 2031 e 2032 (vide Nota Explicativa nº 13).

Em 31 de dezembro de 2020, a Concessionária apresentou prejuízo no montante de R\$ 124.030 (R\$ 874.453 em 31 de dezembro de 2019), um capital circulante líquido negativo de R\$ 1.213.102 (R\$ 1.612.314 em 31 de dezembro de 2019) e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) em R\$ 1.917.274 (R\$ 1.793.244 em 31 de dezembro de 2019). As demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional, pois a Administração concluiu, com base em seu julgamento, que a situação patrimonial atual de prejuízo, capital circulante líquido negativo e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) é prevista no plano de negócios e que a Concessionária gerará recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

Em dezembro de 2020, em consequência dos desdobramentos e continuidade da pandemia da COVID-19, a Concessionária aderiu a uma nova reprogramação dos fluxos de pagamentos da contribuição fixa (vide Nota Explicativa nº 13).

Pelos próximos 12 anos, a Concessionária realizará investimentos para melhorar a capacidade da infraestrutura, segurança, incluindo novos processos e serviços para seus passageiros e usuários.

1.1. CORONAVÍRUS (COVID-19)

Efeitos da pandemia do COVID-19

Desde março de 2020, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde global em função da pandemia do novo Coronavírus, o Brasil e o mundo passaram a enfrentar uma grande crise econômica. Os resultados da Companhia foram duramente afetados e à medida que a crise se estende, a situação se agrava. Dentre as decisões formadas pelos Governos, destacam-se aquelas relacionadas às restrições de mobilidade, distanciamento social, fechamento de fronteiras locais e internacionais e outras que impactam diretamente nos negócios da Companhia.

Como consequência dos efeitos da pandemia do Coronavírus, a Companhia verificou queda significativa no desempenho operacional em 2020, como segue:

GRU Airport	2020	2019	%	4T20	4T19	%
Passageiros total (Mil)	20.323	43.002	-52,7%	5.865	11.389	-48,5%
Movimento total de Aeronaves	155.912	291.987	-46,6%	45.652	76.114	-40,0%
Carga total (Toneladas)*	211.079	285.615	-26,1%	62.414	72.463	-13,9%

* Volume total de cargas movimentadas.

Desde o início da pandemia, a administração da Companhia tem empregado os melhores esforços em busca de soluções para a preservação da saúde financeira e para a continuidade dos negócios. Apesar de uma rígida estrutura de custos, de natureza majoritariamente fixa, do lado da Companhia, foram envidados os esforços necessários para a contenção de custos e despesas, com resultados que já podem ser verificados nos últimos trimestres e que tendem a ser ampliados durante os próximos meses. Ao longo deste período, a administração da Companhia fez alguns avanços nessas frentes e acredita no sucesso de algumas das renegociações em curso.

Até o momento da divulgação dessas Demonstrações Contábeis, ainda não se tinha certeza sobre o tempo necessário para conter o avanço da doença, especialmente em relação à uma implementação bem sucedida do plano de vacinação contra a COVID-19 no país, e por isso ainda não é possível inferir quanto tempo mais será necessário seguir com as medidas para conter o contágio.

Entretanto, a administração da Companhia continuará tomando todas as ações necessárias para proteção, prevenção e mitigação, visando preservar a integridade dos colaboradores e minimizar os impactos nas operações como feito desde o início da pandemia.

a) Como a Companhia está trabalhando durante este processo:

A Companhia mantém um Comitê de Gestão de Crises, formado pela Diretoria da GRU Airport, que acompanha diariamente os impactos do Coronavírus para os negócios. O Comitê define as ações necessárias para mitigar os efeitos adversos no fluxo de caixa e para a saúde financeira da Concessionária, e através do Diretor de Relações com Investidores tem buscado manter uma comunicação clara, ampla e simultânea com o público investidor e com o mercado em geral sobre os impactos da COVID-19.

O objetivo do Comitê é acompanhar os impactos causados pela pandemia na Concessionária e no setor de atuação, traçando ações para mitigar os impactos, avaliando e implementando medidas educativas e de segurança para a prevenção da contaminação pelo Coronavírus pelos colaboradores da Concessionária, e seus familiares bem como para os usuários do aeroporto.

b) Plano de continuidade das operações e principais ações:

Desde o início da pandemia, a Companhia tem revisado o seu plano de negócios, especialmente no que diz respeito à continuidade das operações. Dentre as frentes que estão sendo revisadas no âmbito do Plano de Continuidade dos Negócios da Companhia, destaca-se a preservação da saúde e segurança das pessoas com adoção de: (i) *home office* para os colaboradores onde esta modalidade for possível, proteção recomendada pelos órgãos de saúde para os funcionários alocados nas operações, (ii) comunicação regular e transparente com todos os colaboradores e (iii) veiculação de campanhas educativas para a prevenção da COVID-19 por meio de vídeos, avisos sonoros e mensagens nos canais digitais.

A Companhia continua mantendo o público investidor e o mercado em geral informados sobre os impactos do Coronavírus, acompanhando de perto a manutenção da capacidade de entrega de bens e serviços essenciais, revisando junto aos credores os termos e condições pactuadas em contratos financeiros, estruturando conversas junto aos poderes concedentes para reequilíbrio econômico-financeiro no contrato de concessão e consultando assessores legais para acompanhamento de potenciais passivos judiciais.

Revisando a estratégia de manutenção e continuidade dos negócios, a Companhia avalia a necessidade de liquidez no curto e médio prazo visando à equalização da dívida e a busca por maior eficiência e consequente redução de custos.

b1) Principais medidas e ações de curto prazo que trazem alívio imediato para o caixa:

- Revisão dos orçamentos de custeio e de investimentos: Revisão do orçamento previsto para o ano corrente e para o próximo com manutenção apenas dos custos e investimentos essenciais para a continuidade dos negócios e segurança das operações;
- Renegociação com fornecedores;
- Otimização das operações: Suspensão temporária das operações no Terminal 1 de GRU Airport e das operações internacionais no Terminal 2, concentrando essas operações no Terminal 3, de forma a otimizar recursos e reduzir os custos operacionais do aeroporto;
- Postergação de pagamentos junto ao BNDES: Adesão, a partir de 15 de maio de 2020, ao programa de *standstill* implantado pelo BNDES, paralisando por 6 meses o pagamento das parcelas de juros e principal dos contratos de financiamento firmados pela Concessionária, no âmbito do pacote de medidas socioeconômicas aprovadas pelo banco em caráter emergencial e com o objetivo de mitigar os efeitos da pandemia do novo Coronavírus no Brasil (vide Nota Explicativa nº11);
- Postergação do pagamento da Outorga: Adesão à postergação do pagamento da outorga fixa e variável da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos para 18 de dezembro de 2020, conforme Lei 14.034 de 05 de agosto de 2020 (vide Nota Explicativa nº13);

- Postergação do pagamento de tributos federais: A Companhia adotou as medidas de suspensão de recolhimento da Contribuição para o PIS e da COFINS, das competências de março, abril e maio de 2020, cujos vencimentos foram postergados para agosto, outubro e novembro, respectivamente, por meio da Portaria 139, de 03 de abril de 2020 e da Portaria 245, de 15 de junho de 2020. A Concessionária quitou integralmente os tributos federais de acordo com os vencimentos da portaria.

b2) Soluções para o médio e longo prazo, com ações que precisam ser estruturadas e aprovadas junto a bancos, credores e órgãos reguladores no sentido de alongar o calendário de pagamento da dívida e de obter os reequilíbrios econômico-financeiros do contrato de concessão:

- Reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão: Por meio de uma atuação setorial, coordenada entre a Companhia, outras empresas de infraestrutura e associações do setor, estão sendo promovidas conversas estruturadas com os poderes concedentes com vistas à recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão em função dos impactos causados pela pandemia do novo Coronavírus.
- Sob o âmbito regulatório, a Advocacia Geral da União (AGU), emitiu o Parecer nº 261/2020, à Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, no qual conclui que a pandemia declarada pela OMS em maio do corrente ano se enquadra no conceito de força maior. No mais, frente à MP 925/ 2020, posteriormente convertida na Lei 14.034/20, foi assinado no último 14 de maio aditamento ao contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos, postergando o pagamento das outorgas fixa e variável devidas no ano de 2020 para o dia 18 de dezembro do corrente ano. Sendo assim, a avaliação da Companhia é que os contratos serão reequilibrados pelos efeitos advindos da pandemia e que tais reequilíbrios seriam suficientes para a recuperação dos ativos não monetários bem como a realização do imposto de renda e contribuição social diferidos (vide Nota Explicativa nº 13).

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB.

As demonstrações contábeis da Concessionária estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Concessionária leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações contábeis é determinado nessa base, como uma mensuração baseada em mercado e não uma mensuração específica da Concessionária. Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, conforme descrito na nota explicativa nº 24.

2.3. Apresentação das demonstrações contábeis

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Não existem normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Concessionária.

A Administração da Concessionária autorizou a emissão destas demonstrações contábeis em 15 de março de 2021.

2.4. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação de serviço, especificada no contrato acordado com o cliente.

A Concessionária reconhece a contraprestação de serviço no momento em que transfere ao cliente o controle sobre o serviço.

a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

Receita de serviços tarifários: é reconhecida pelas tarifas pagas pelos usuários quando da efetiva utilização dos serviços, equipamentos, instalações e das facilidades disponíveis no aeroporto. Contempla as tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia. Essas tarifas são realizadas de acordo com as regras previstas no contrato de concessão.

Receita de serviços não tarifários: conforme previsto no contrato de concessão, a Concessionária pode explorar outras atividades econômicas como cessão de espaços, estacionamentos, publicidade e outros serviços auxiliares às áreas comerciais do complexo aeroportuário através de contratos celebrados com prestadores de serviços ou exploradores de outras atividades econômicas. A receita de serviços não tarifários é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) Receita de construção

A receita de construção é reconhecida quando os serviços de ampliação/melhoria da infraestrutura são finalizados e entram em operação.

A margem de construção é calculada a valor zero, e os valores contratados de terceiros para os serviços de construção estão considerados a valor justo e não há empresa contratada para gerenciamento das obras.

2.5. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

A Concessionária definiu o Real (R\$) como sua moeda funcional.

2.6. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Concessionária. Esses investimentos são avaliados ao valor justo por meio do resultado, acrescidos de juros até a data do balanço, sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

Os equivalentes de caixa são representados por recursos não vinculados/restritos que são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

2.7. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Concessionária.

A provisão para perdas esperadas de créditos é mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para o contas a receber e é constituída com base na avaliação de clientes com parcelas em atraso a mais de 30 dias e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as perdas futuras na realização dos créditos, levando em consideração o valor do saldo em aberto e o histórico de perdas com contas a receber.

Em cada data de balanço, a Concessionária avalia se o contas a receber está com problemas de recuperação quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 30 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Concessionária em condições que não seriam aceitas em condições normais; ou
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

2.8. Estoques

Os estoques são registrados pelo custo médio de aquisição ajustados ao valor realizável líquido e das eventuais perdas quando aplicável. Os estoques cuja expectativa de utilização ocorra após 12 meses ou mais da data das demonstrações contábeis, são apresentados no ativo não circulante.

2.9. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear as taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.10. Intangível

Refere-se ao valor do direito de concessão registrado a valor presente, os investimentos para a concessão e os direitos de uso de software, sendo registrados ao custo de aquisição.

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados ao custo da construção e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados inicialmente, ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise. Os ativos intangíveis relacionados aos direitos de concessão são amortizados ao longo do prazo da concessão pela curva de benefício econômico, tendo sido adotada a curva de passageiros (PAX) estimada como base para a amortização.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.11. Benefícios a empregados

A Concessionária concede benefícios a empregados incluindo plano de previdência privada, assistência médica, odontológica, participação nos resultados, dentre outros, e é patrocinadora do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social (Infraprev), com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da Infraero. Para os empregados admitidos pela Concessionária o plano de previdência privada oferecido é o BrasilPrev, benefício de aposentadoria por sobrevivência previsto no PGBL e/ou indenização sob a forma de renda prevista no VGBL.

Um passivo de benefícios aos empregados é provisionado conforme o salário, férias e licenças no período em que os serviços relacionados são prestados, a um montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

2.12. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e os valores contábeis líquidos excedam o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base no contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Até 31 de dezembro de 2020, não foram identificadas perdas por desvalorização de ativos não financeiros.

2.13. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Concessionária e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Concessionária possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.14. Tributação

As receitas de serviços estão sujeitas aos impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas		
		Receitas tarifárias	Receitas não tarifárias	Receitas financeiras
Contribuição para o Programa de Integridade Social	PIS	1,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	7,60%	7,60%	4,00%
Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	ISSQN	5,00%	-	-

Em 23 de dezembro de 2014, foi aprovada a Lei nº 7.342/14 que alterou a alíquota do ISSQN sobre as receitas tarifárias de 2% para 5% a partir de abril de 2015. Quanto à tributação do PIS e COFINS, a Concessionária adota o regime da não cumulatividade.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), correntes e diferidos, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes na data do balanço, sendo elas: (i) Imposto de Renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro contábil ajustado, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição Social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos são decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, quais foram constituídas levando-se em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Os impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de impostos (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Os impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se os impostos diferidos forem relacionados à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.16. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Concessionária requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderiam levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou, investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação a interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Concessionária.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento tributário.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis, administrativos e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, administrativas e trabalhistas quando aplicáveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.17. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

A demonstração do fluxo de caixa foi preparada pelo método indireto e está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) – Demonstração dos fluxos de caixa (IAS 7).

A demonstração do valor adicionado foi preparada e está sendo apresentada de acordo com o Pronunciamento CPC 09 – Demonstração do valor adicionado.

2.18. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Concessionária são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e concessão de serviço público.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com o CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Concessionária se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Concessionária classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;

- Valor justo por meio do resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Concessionária gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Concessionária. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Concessionária para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Concessionária classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

2.19. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos aos empréstimos.

2.20. Contrato de concessão – ICPC 01 (R1) IFRIC 12

A Concessionária contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) IFRIC 12 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva estimada de utilização dos serviços da Concessionária dentro do prazo do contrato de concessão.

2.21. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

Novos procedimentos contábeis adotados:

Durante o exercício de 2020, foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o IASB a revisão das normas descritas abaixo, já vigentes no exercício de 2020. Alguns pronunciamentos contábeis que se tornaram efetivos a partir de 1º de janeiro de 2020, tendo sido adotados e sem impactos significativos nos resultados e posição financeira da Companhia.

- Definição de negócios (alterações ao IFRS 3);
- Definição de materialidade (alterações ao IAS 1 e IAS 8);
- Reforma da taxa de juros referenciais (alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7);
- Alterações às referências à estrutura conceitual básica (várias normas);
- Concessões relacionadas à COVID-19 (alterações à IFRS 16).

As alterações foram avaliadas e adotadas pela Administração da Companhia, e não houve impactos em suas demonstrações contábeis quanto a sua aplicação.

Novas normas, alterações e interpretações à normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia (para as quais não se espera impactos significativos no período de adoção inicial e que, portanto, divulgações adicionais não estão sendo efetuadas):

- IFRS 17 Contratos de seguros;
- Alterações ao IFRS 17 Contratos de seguros (alterações ao IFRS 17 e IFRS 4);
- Referências à Estrutura Conceitual;
- Produtos antes do uso pretendido (alterações ao IAS 16);
- Contratos onerosos – custo de cumprimento de um contrato (alterações ao IAS 37);
- Ciclo anual de melhorias às normas IFRS 2018-2020 (alterações ao IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41);
- Classificação de passivo como circulante e não circulante (alterações ao IAS 1).

3. CONTRATO DE CONCESSÃO

a) Objeto

O contrato tem por objetivo a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária a serem implementadas nas seguintes fases:

- FASE I-A – Transferência das operações do Aeroporto sob comando da Infraero para a Concessionária (fase concluída em 15 de fevereiro de 2013);
- FASE I-B – Ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviços (fase concluída em 11 de maio de 2014);
- FASE I-C – Expansão aeroportuária e de adequação total a infraestrutura e ao nível de serviço disposto no Plano de Exploração Aeroportuária (PEA) (fase concluída em 12 de maio de 2016);
- FASE II – Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto para o atendimento aos parâmetros mínimos de dimensionamento previsto no PEA (fase atual da Concessionária no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

Prazo de vigência

O contrato de concessão tem prazo de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por até 05 anos, sendo a concessão outorgada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

Contribuição ao sistema

Pelo direito de exploração do complexo aeroportuário do Aeroporto Internacional de Guarulhos, a Concessionária, com a assinatura do contrato de concessão, se comprometeu a desembolsar o total de R\$ 16.213.000 com parcelas anuais de R\$ 810.650, sendo o saldo corrigido desde fevereiro de 2012, mês de realização da sessão pública do leilão, pelo IPCA-IBGE, em conta a favor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), a título de outorga fixa. Em conformidade com o aditamento ao contrato de concessão que alterou o fluxo de pagamento da outorga fixa original, nos termos da Lei nº 13.499/2017 e da Portaria nº 135/MTPA, o montante, em valores reais, passa a ser R\$ 16.655.000 decorrente da reprogramação, permanecendo inalterado o valor presente líquido da outorga fixa original.

O contrato de concessão também prevê a realização do pagamento da contribuição variável anual que corresponde ao montante, em reais, resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre a totalidade da receita bruta anual. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%.

Bens integrantes da concessão

Integram a concessão os bens necessários a prestação do serviço de exploração aeroportuária já disponibilizados pelo poder público e incorporados à operação da Concessionária, tais como edificações, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, pistas de pouso e decolagem, pátios de manobra, dentre outros.

b) Direitos e deveres

Deveres gerais

Durante o período do contrato, a Concessionária tem por obrigação manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens necessários à prestação dos serviços que integram a concessão, além de manter um sistema de atendimento físico e eletrônico ao usuário e uma ouvidoria para apurar as reclamações relativas aos serviços prestados.

Investimentos

Os custos com obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela Concessionária. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados ao complexo aeroportuário.

c) Remuneração da Concessionária

Receitas Tarifárias

São constituídas, pelas tarifas de embarque, conexão, pouso e permanência, armazenagem e capatazia.

Receitas não tarifárias

São constituídas, por cessão de espaço inerentes à exploração dos espaços comerciais e outros.

d) Transferência da concessão e do controle societário

A Concessionária e seu acionista privado não poderão realizar qualquer modificação direta ou indireta nos respectivos controles societários ou transferir a concessão sem a prévia e expressa anuência da ANAC, sob pena de caducidade do contrato.

e) Utilização do complexo aeroportuário

Disposições gerais

A Concessionária poderá celebrar com terceiros, prestadores de serviços de transporte aéreo, de serviços auxiliares ao transporte aéreo ou exploradores de outras atividades econômicas, contratos que envolvam a utilização de espaço no complexo aeroportuário, sendo que, a remuneração será livremente pactuada entre a Concessionária e a outra parte contratante.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e bancos	3.588	1.293
Aplicações em fundos de investimento lastreadas em títulos públicos	<u>325.963</u>	<u>125.964</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>329.551</u></u>	<u><u>127.257</u></u>

As aplicações financeiras são representadas por fundos de investimentos lastreados em títulos públicos federais, em valores mobiliários do Tesouro Nacional e/ou Banco Central do Brasil (Bacen) e em operações lastreadas em títulos públicos federais, com remuneração média de 121,47% do CDI (97,91% do CDI em 31 de dezembro de 2019), investimentos de curto prazo e com alta liquidez.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Circulante	145.647	46.322
Conta Pagamento/ Reserva Outorga	145.647	46.322
Não circulante	128.389	126.449
CDB - Garantia Duke Energy	4.444	4.448
Conta Reserva	123.945	122.001
Saldo de aplicações financeiras vinculadas	<u>274.036</u>	<u>172.771</u>

A Concessionária possui aplicações em fundos de investimentos não exclusivos, de renda fixa, cuja carteira é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações lastreadas nestes títulos.

Os fundos são remunerados pela taxa média de 121,47% do CDI (97,91% do CDI em 31 de dezembro de 2019) sem prazo de carência, com baixo risco, que servem para compor o saldo da Conta Reserva, da Conta Pagamento e da Conta Outorga Fixa e da Conta Outorga Variável, destinado ao cumprimento das obrigações dos Contratos de Financiamentos e de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os Bancos Repassadores (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA e Bradesco), além do representante dos debenturistas de ambas emissões, representado pelo Agente Fiduciário.

Do montante de aplicação financeira registrado no ativo não circulante R\$ 4.444 (R\$ 4.448 em 31 de dezembro de 2019) refere-se à aplicação em CDB junto ao Banco Itaú BBA, remunerado pela taxa média de 96,20% do CDI, cedido como garantia em contrapartida ao suprimento de energia elétrica no mercado livre, conforme contrato de compra e venda de energia elétrica entre a Concessionária e a Rio Paranapanema Energia (empresa do Grupo Duke Energy).

6. CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2020, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Contas a receber tarifárias		
Aeronaves	86.130	179.724
Armazenagem	16.250	14.089
	<u>102.380</u>	<u>193.813</u>
Contas a receber não tarifárias		
Receitas acessórias	189.454	115.860
	<u>189.454</u>	<u>115.860</u>
Provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	<u>(136.983)</u>	<u>(53.504)</u>
Total contas a receber	<u>154.851</u>	<u>256.169</u>
Circulante	<u>149.814</u>	<u>251.639</u>
Não circulante	<u>5.037</u>	<u>4.530</u>

Em 31 de dezembro de 2020, a provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa é de R\$ 136.983 (R\$ 53.504 em 31 de dezembro de 2019). Com o impacto direto do COVID-19 (vide Nota Explicativa nº 1.1), nas empresas do segmento aéreo e cessionários da Concessionária, houve aumento da provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa.

Movimentação na provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo no início do exercício	(53.504)	(37.701)
Adição/ Reversão	(133.384)	(17.168)
Baixa	49.905	1.365
Saldo no fim do exercício	<u>(136.983)</u>	<u>(53.504)</u>

A Concessionária avaliou as possíveis perdas de créditos no que representa a incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes, aplicando julgamento e avaliação para a provisão ou não, conforme percentual aplicado para cada nível de *aging* de vencimento, conforme quadro abaixo. Tendo em vista, o impacto da COVID-19, alguns clientes foram expurgados da matriz de provisões e avaliados individualmente. Devido a deterioração da situação financeira desses clientes, para esses casos, foi realizada provisão de 100%, independentemente do vencimento ou não dos títulos.

Títulos à vencer	Vencimentos								
	< 30 dias	31 à 60 dias	61 à 90 dias	91 à 120 dias	121 à 150 dias	151 à 180 dias	181 à 210 dias	211 a 240 dias	> 241 dias
-	-	25,03%	39,66%	56,83%	69,84%	80,08%	91,61%	100,0%	100,0%

7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos a recuperar

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
IRRF	2.617	7.384
IRPJ	629	641
CSLL	108	133
PIS e COFINS	27.024	27.972
ISSQN	-	41
INSS	35	-
Total dos impostos a recuperar - circulante	<u>30.413</u>	<u>36.171</u>
PIS e COFINS - não circulante	<u>361.934</u>	<u>383.869</u>
Total	<u><u>392.347</u></u>	<u><u>420.040</u></u>

O montante de PIS e COFINS apresentado em impostos a recuperar é composto pelos créditos das contribuições sobre os investimentos, os quais são compensados à medida da amortização dos bens contabilizados no ativo intangível. Conforme o OCPC 05, o ativo intangível é amortizado em função da curva estimada de demanda, pelo prazo da concessão.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Concessionária, em conformidade com o CPC 32 – Impostos sobre o lucro (IAS 12), Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 01/2021 e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias que não possuem prazo prescricional, cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente ou quando existirem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções.

A Concessionária considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos ao longo do prazo da concessão, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados como segue:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo diferido		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.206.076	693.179
Diferenças temporárias - Provisões indedutíveis	<u>18.041</u>	<u>18.041</u>
Total	<u>1.224.117</u>	<u>711.220</u>
Passivo diferido		
Outorga fiscal(*)	(498.312)	(541.644)
AVP outorga fiscal	(83.997)	(117.093)
Margem de construção(*)	(26.970)	(29.265)
AVP reequilíbrio	<u>(4.998)</u>	<u>(3.678)</u>
Total	<u>(614.277)</u>	<u>(691.680)</u>
Saldo ativo diferido líquido	<u>609.840</u>	<u>19.540</u>

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre outorga fiscal e margem de construção, oriundos do extinto Regime Tributário de Transição (RTT), são amortizados mensalmente pelo prazo restante do contrato de concessão, conforme Inciso IV do artigo. 69 da Lei nº 12.973/14.

A Concessionária estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

	<u>Ativo</u>
2024	14.635
2025	48.534
2026	77.755
2027 a 2032	<u>1.083.193</u>
	<u>1.224.117</u>

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo é viável, considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva prevista para ocorrer nos próximos anos.

c) Conciliação entre imposto de renda e contribuição social – alíquota nominal e efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Imposto de renda e contribuição social		
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(714.330)	(691.764)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	242.872	235.200
Ajustes no resultado líquido que afetam o resultado do período		
Diferenças permanentes	(313)	(193)
Imposto de renda e contribuição social diferido não constituído	(165.156)	(417.696)
Imposto de renda e contribuição social diferido constituído	512.897	-
Total dos impostos no resultado - diferido	<u>590.300</u>	<u>(182.689)</u>

A Concessionária constituiu o montante de R\$ 512.897 em 31 de dezembro de 2020 de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos. O valor acumulado, até 31 de dezembro de 2020 de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não constituídos é de R\$ 1.176.214 (R\$ 1.523.955 em 31 de dezembro de 2019).

A constituição do ativo fiscal diferido do ano de 2020, é reflexo da mudança na regra de cálculo, devido a revogação da Instrução Normativa CVM nº 371.

d) Impostos a recolher

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Impostos sobre receita		
PIS e COFINS(*)	93.833	26.887
ISSQN	5.739	7.755
	<u>99.572</u>	<u>34.642</u>
Impostos retidos sobre serviços		
ISSQN	618	987
IRRF	1.410	1.224
INSS	1.404	1.922
CSRF	699	902
	<u>4.131</u>	<u>5.035</u>
Circulante	<u>103.703</u>	<u>39.677</u>

(*) O montante de R\$ 79.079 corresponde ao PIS e COFINS sobre o Reequilíbrio COVID-19 (vide Nota Explicativa nº 13).

8. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Concessionária, sejam elas administradores, acionistas ou coligadas, são aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do Artigo nº 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Concessionária.

A tabela a seguir apresenta o valor total das transações realizadas com partes relacionadas:

Parte relacionada	Transação	Relação	31/12/2020	
			Ativo não circulante	Passivo circulante
INFRAERO (i)	Repasse de receita/custo	Acionista direto	17.730	24.905
INVEPAR (iii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU	Acionista indireto	-	521
			<u>17.730</u>	<u>25.426</u>

Parte relacionada	Transação	Relação	31/12/2019	
			Ativo não circulante	Passivo circulante
INFRAERO (i)	Repasse de receita/custo	Acionista direto	17.730	24.905
CART(ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU	Coligada	-	521
			<u>17.730</u>	<u>25.426</u>

a) Sumário das transações entre partes relacionadas

- (i) A Concessionária e a Infraero possuem valores de receitas e custos a serem repassados entre as partes, decorrentes da transição da operação;
- (ii) O passivo com a coligada CART são valores referentes aos gastos com funcionários cedidos à Concessionária;
- (iii) O passivo com o acionista indireto INVEPAR decorre de gastos com funcionários cedidos à Concessionária.

Em 30 de junho de 2020, em razão de cessão de dívida, a Concessionária transferiu o saldo de partes relacionadas com a coligada CART para o acionista indireto INVEPAR.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos diretores e das demais pessoas chave da Administração durante o exercício foi a seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração fixa anual		
Salário ou pró-labore	6.449	8.324
Outros benefícios	896	878
Encargos	1.247	1.614
Total da remuneração	<u>8.592</u>	<u>10.816</u>

A remuneração da Administração e dos principais executivos é determinada, considerando o desempenho dos indivíduos e as tendências de mercado.

A remuneração global máxima da Administração aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de abril de 2020 para o exercício de 2020, é de R\$ 12.114, incluindo os encargos previdenciários incidentes.

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo da Concessionária com obrigações com pessoal da administração totalizava R\$ 1.145 (R\$ 2.580 em 31 de dezembro de 2019).

9. IMOBILIZADO

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2020
Custo						
Instalações	10%	11.944	-	(10.517)	-	1.427
Máquinas e equipamentos	10%	3.736	-	(1.965)	-	1.771
Móveis e utensílios	10%	2.758	-	(1.001)	-	1.757
Veículos	20%	2.274	-	-	-	2.274
Equipamentos de informática	20%	10.385	-	(5.615)	7	4.777
Imobilizado em andamento		-	26	-	(7)	19
Total		<u>31.097</u>	<u>26</u>	<u>(19.098)</u>	<u>-</u>	<u>12.025</u>
Depreciação acumulada						
Instalações		(3.586)	(1.107)	4.119	-	(574)
Máquinas e equipamentos		(2.957)	(140)	1.961	-	(1.136)
Móveis e utensílios		(2.068)	(140)	955	-	(1.253)
Veículos		(1.780)	(154)	-	-	(1.934)
Equipamentos de informática		(9.458)	(358)	5.341	-	(4.475)
Total		<u>(19.849)</u>	<u>(1.899)</u>	<u>12.376</u>	<u>-</u>	<u>(9.372)</u>
Imobilizado líquido		<u>11.248</u>	<u>(1.873)</u>	<u>(6.722)</u>	<u>-</u>	<u>2.653</u>

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %				Saldo em 31/12/2019
		31/12/2018	Adições	Baixas	Transferência	
Custo						
Instalações	10%	11.944	-	-	-	11.944
Máquinas e equipamentos	10%	3.704	3	-	29	3.736
Móveis e utensílios	10%	2.751	-	-	7	2.758
Veículos	20%	2.274	-	-	-	2.274
Equipamentos de informática	20%	10.331	-	-	54	10.385
Imobilizado em andamento		88	2	-	(90)	-
Total		31.092	5	-	-	31.097
Depreciação acumulada						
Instalações		(2.446)	(1.140)	-	-	(3.586)
Máquinas e equipamentos		(2.777)	(180)	-	-	(2.957)
Móveis e utensílios		(1.872)	(196)	-	-	(2.068)
Veículos		(1.536)	(244)	-	-	(1.780)
Equipamentos de informática		(8.548)	(910)	-	-	(9.458)
Total		(17.179)	(2.670)	-	-	(19.849)
Imobilizado líquido		13.913	(2.665)	-	-	11.248

Sobre o ativo imobilizado da Concessionária não há incidência de quaisquer garantias, penhor ou ônus de qualquer outra natureza.

Perdas por redução ao valor recuperável

Em 31 de dezembro de 2020, não foram identificadas evidências de ativos imobilizados com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

10. INTANGÍVEL

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização %	Taxas anuais médias ponderadas de amortização %				Saldo em 31/12/2020
		Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	
Custo						
Software	20%	28.370	-	(6.333)	2.602	24.639
Outorga fixa - concessão	(a)	14.662.964	165.933	-	-	14.828.897
Investimento para concessão	(a)	4.296.993	15.826	(23.730)	37.244	4.326.333
Em andamento		30.222	32.260	-	(39.846)	22.636
Total		19.018.549	214.019	(30.063)	-	19.202.505
Amortização acumulada						
Software		(25.504)	(1.912)	6.326	-	(21.090)
Outorga fixa - concessão		(3.880.281)	(673.934)	-	-	(4.554.215)
Investimento para concessão		(1.053.404)	(246.184)	6.749	-	(1.292.839)
Total		(4.959.189)	(922.030)	13.075	-	(5.868.144)
Intangível líquido		14.059.360	(708.011)	(16.988)	-	13.334.361

(a) Amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros (PAX).

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização %	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2019
Custo						
Software	20%	27.934	-	-	436	28.370
Outorga fixa - concessão	(a)	14.415.534	247.430	-	-	14.662.964
Investimento para concessão	(a)	4.117.309	15.583	(3.255)	174.037	4.303.674
Em andamento		78.902	119.178	(66)	(174.473)	23.541
Total		18.639.679	382.191	(3.321)	-	19.018.549
Amortização acumulada						
Software		(21.138)	(4.366)	-	-	(25.504)
Outorga fixa - concessão		(3.208.616)	(671.665)	-	-	(3.880.281)
Investimento para concessão		(829.764)	(224.325)	685	-	(1.053.404)
Total		(4.059.518)	(900.356)	685	-	(4.959.189)
Intangível líquido		14.580.161	(518.165)	(2.636)	-	14.059.360

(a) Amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros (PAX).

Segundo orientações contidas no OCPC 05, a outorga fixa foi reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a. e terá sua amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros e as despesas financeiras provenientes da atualização serão capitalizadas em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será realizada proporcionalmente a finalização de cada fase. Mais detalhes sobre a outorga fixa estão descritos na Nota Explicativa nº 13.

No exercício de 2020, foi registrado na rubrica de investimentos para a concessão o montante de R\$ 9.735 referente ao arrendamento para o projeto de modernização dos equipamentos e sistemas de estacionamento do sítio aeroportuário (vide Nota Explicativa nº11).

As adições no exercício referem-se, em sua maioria, às obras em andamento e capitalização dos encargos da outorga fixa.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram capitalizados no ativo intangível R\$ 165.933 de atualização monetária da outorga fixa (R\$ 247.430 em 31 de dezembro de 2019) e R\$ 1.867 de juros sobre empréstimos e financiamentos (R\$ 11.591 em 31 de dezembro de 2019).

Sobre os ativos intangíveis da Concessionária não há incidência de quaisquer garantias, penhor ou ônus de qualquer outra natureza.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

Perdas por redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 01(R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2020, não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

O valor recuperável foi estimado com base no seu valor em uso, calculado entre 1º de janeiro de 2020 até 10 de julho de 2032 (previsão de término do contrato de concessão).

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição da dívida

Credor	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Saldo inicial 31/12/2019	Captação/ Liberação	Juros incorridos	Juros capitalizados	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Saldo final 31/12/2020
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	2,88%	1.858.211	-	138.448	-	(73.614)	(66.433)	1.856.612
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	0,00%	3.144	-	151	-	(64)	(64)	3.167
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dez/27	TJLP	3,40%	799.061	-	61.549	1.867	(31.048)	(30.493)	800.936
Itaú	Carta Fiança	Indeterminado	INPC	2,90%	6	-	19	-	-	(25)	-
Daycoval	Arrendamentos	ago/25	CDI	7,71%	-	9.735	304	-	(546)	(236)	9.257
Total					2.660.422	9.735	200.471	1.867	(105.272)	(97.251)	2.669.972
Parcela do circulante					216.082						297.842
Parcela do não circulante					2.444.340						2.372.130

(a) Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal

Credor	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Saldo inicial 31/12/2018	Captação/ Liberação	Juros incorridos	Juros capitalizados	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Saldo final 31/12/2019
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	2,88%	1.883.395	78.990	162.525	-	(109.480)	(157.219)	1.858.211
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	0,00%	3.135	-	190	-	-	(181)	3.144
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dez/27	TJLP	3,40%	808.949	33.852	62.083	11.591	(46.010)	(71.404)	799.061
Itaú	Carta Fiança	Indeterminado	INPC	2,90%	6	-	26	-	-	(26)	6
Daycoval	CCB	jul/19	CDI	5,54%	12.492	-	413	-	(11.667)	(1.238)	-
Banco do Brasil	Nota Promissória	dez/19	CDI	146,00%	-	270.000	7.378	-	(270.000)	(7.378)	-
Custo com Nota Promissória	Nota Promissória				-	(4.467)	-	-	-	-	-
Total					2.707.977	378.375	232.615	11.591	(437.157)	(237.446)	2.660.422
Parcela do circulante					176.564						216.082
Parcela do não circulante					2.531.413						2.444.340

(a) Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal.

Devido aos reflexos da pandemia, houve a postergação de pagamentos junto ao BNDES. Foi feita a adesão, a partir de 15 de maio de 2020, ao programa de *standstill* implantado pelo BNDES, paralisando por 6 meses o pagamento das parcelas de juros e principal dos contratos de financiamento firmados pela Concessionária, no âmbito do pacote de medidas socioeconômicas aprovadas pelo banco em caráter emergencial e com o objetivo de mitigar os efeitos da pandemia do novo Coronavírus no Brasil (vide nota explicativa nº 1.1). Os pagamentos de principal e juros foram retomados em 15 de novembro de 2020.

Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos são capitalizados em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será devida proporcionalmente à finalização de cada fase. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o montante capitalizado foi de R\$ 1.867 (R\$ 11.591 em 31 de dezembro de 2019).

Composição dos empréstimos de longo prazo por ano de vencimento:

2022	315.884
2023	344.378
2024	375.447
2025 em diante	1.336.421
	<u>2.372.130</u>

Financiamento de longo prazo – Finem Repasse Direto

Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES no valor de R\$ 2,4 bilhões dividido em quatro subcréditos: (i) “subcrédito A” no valor de R\$ 1,5 bilhão, (ii) “subcrédito B1” no valor de R\$ 435.000, (iii) “subcrédito B2” no valor de R\$ 487.000, e (iv) “subcrédito C” no valor de R\$ 17.300. Os juros incidentes sobre o valor principal dos subcréditos A e B são de 2,88% ao ano acrescidos a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do subcrédito C é remunerado somente através da TJLP. O valor principal tem vencimento em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante as demandas.

Financiamento de longo prazo – Finem Repasse Indireto

Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), junto aos bancos: Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Itaú BBA S.A., Caixa Econômica Federal, todos os bancos, cada qual, com o percentual de 20%, no valor total de R\$ 1,03 bilhão dividido em três subcréditos: (i) “subcrédito A” no valor de R\$ 643.000; (ii) “subcrédito B1” no valor de R\$ 187.000; e (iii) “subcrédito B2” no valor de R\$ 209.000. Os juros incidentes sobre o valor principal são de 3,40% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), com vencimento do valor principal em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante a demanda.

Fiança

Em 1º de julho de 2014, a Concessionária contratou Carta Fiança no montante de R\$ 665 para garantir o pagamento de quantias questionadas nos autos da Execução de Título Extrajudicial, Processo nº 1007422-31.2014.8.26.0224 perante o Juízo de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos – SP. Este saldo é atualizado de acordo com a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e com o *spread* de 2,9% a.a.

Em 18 de setembro de 2020, a Concessionária quitou a referida carta fiança.

Cédula de Crédito Bancário (CCB)

Em 14 de dezembro de 2017, a Concessionária utilizou o montante de R\$ 30.000 da Cédula de Crédito Bancário (CCB), com a finalidade de capital de giro, com juros remuneratórios, obtidos pela composição da taxa CDI e sobre preço efetivo anual. Em 08 de julho de 2019, este valor foi liquidado.

Garantias e cláusulas restritivas financeiras

Os Contratos de Financiamento de Longo Prazo relacionados aos contratos firmados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), aos bancos repassadores e às debentures de 1ª emissão e de 2ª emissão, representados pelo agente fiduciário tem como garantia as seguintes cláusulas restritivas:

- Os financiamentos são garantidos através do: (i) penhor da totalidade dos direitos creditórios da concessão através do contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios, de administração de contras e outras avenças; e (ii) penhor de ações dos acionistas, com o contrato e penhor de ações e outras avenças do Aeroporto de Guarulhos Participações (GRUPAR) e contrato de penhor de ações e outras avenças da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero);
- A Concessionária possui o contrato de suporte de acionistas e outras avenças (*ESA - Equity Support Agreement*) que é parte integrante e inseparável do contrato de financiamento com o BNDES, que impõem a obrigação por parte dos acionistas de aportar na Concessionária o valor necessário para o pagamento integral e anual da Outorga, englobando as contribuições fixa e variável;
- Os contratos de financiamento de longo prazo possuem obrigações financeiras, *covenants*, que obrigatoriamente deverão ser apresentados após a conclusão de todas as obras financiadas, e servem exclusivamente de base para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio acima do mínimo obrigatório.

Arrendamentos

Em 11 de fevereiro de 2019, a Concessionária firmou contrato de arrendamento com o Banco Daycoval para o projeto de modernização dos equipamentos e sistemas de estacionamento do sítio aeroportuário.

Em 28 de agosto de 2020, foi assinado o TRA – Termo de recebimento e aceitação do arrendamento celebrado junto ao Banco Daycoval. O montante foi classificado no intangível na rubrica de investimentos para concessão (vide Nota Explicativa nº 10).

Os valores contabilizados refletem a adoção do CPC 06(R2)/IFRS 16 – Arrendamentos (vide Nota Explicativa nº 2.21)

12. DEBÊNTURES

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de janeiro de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 476, no valor de R\$ 300.000, emitidas em quatro séries, com valor nominal unitário de R\$ 1 cada, totalizando 300.000 debêntures (75.000 debêntures para cada série).

Os recursos obtidos por meio desta emissão foram utilizados para suportar os investimentos na ampliação da infraestrutura do Aeroporto.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 7,86% a.a., correspondente a 1ª emissão.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, a partir da data de emissão até a data de pagamento dos juros das debêntures, sendo que a 1ª série terá seu pagamento em 15 de março, a 2ª série em 15 de junho, a 3ª série em 15 de setembro e a 4ª série em 15 de dezembro, até a amortização do principal que será em 09 parcelas anuais, a partir de 15 de março de 2017 até 15 de dezembro de 2025, conforme vencimentos descritos a seguir:

1º Emissão

<u>Amortização</u>	<u>1ª série</u>	<u>2ª série</u>	<u>3ª série</u>	<u>4ª série</u>
5%	15/03/2017	15/06/2017	15/09/2017	15/12/2017
5%	15/03/2018	15/06/2018	15/09/2018	15/12/2018
8%	15/03/2019	15/06/2019	15/09/2019	15/12/2019
10%	15/03/2020	15/06/2020	15/09/2020	15/12/2020
12%	15/03/2021	15/06/2021	15/09/2021	15/12/2021
15%	15/03/2022	15/06/2022	15/09/2022	15/12/2022
15%	15/03/2023	15/06/2023	15/09/2023	15/12/2023
15%	15/03/2024	15/06/2024	15/09/2024	15/12/2024
15%	15/03/2025	15/06/2025	15/09/2025	15/12/2025

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 08 de agosto de 2014, foi aprovada a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 400, no valor de R\$ 300.000, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$1 cada, totalizando 300.000 debêntures.

A totalidade dos recursos líquidos captados pela Concessionária por meio da segunda emissão de debêntures foi utilizada especificamente para a liquidação antecipada das notas promissórias emitidas em 07 de maio de 2014.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 6,40% a.a., correspondente à 2ª emissão.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, um ano após a emissão, até a amortização do principal que possuem vencimentos conforme descrito a seguir:

2º Emissão

<u>Amortização</u>	<u>Série única</u>
5%	15/10/2018
5%	15/10/2019
8%	15/10/2020
10%	15/10/2021
12%	15/10/2022
15%	15/10/2023
15%	15/10/2024
15%	15/10/2025
15%	15/10/2026

Debêntures	Vencimento	Indexador	Encargos anuais	Saldo final 31/12/2019	Juros incorridos	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Custo de emissão	Saldo final 31/12/2020
1ª emissão 476	dez/25	IPCA	7,86%	354.479	40.872	(34.895)	(27.314)	-	333.142
2ª emissão 400	out/26	IPCA	6,40%	362.719	38.221	(29.207)	(23.270)	-	348.463
Custo com emissão				(5.814)	-	-	-	962	(4.852)
Total				711.384	79.093	(64.102)	(50.584)	962	676.753

Parcela do circulante	85.711	102.671
Parcela do não circulante	625.673	574.082

Debêntures	Vencimento	Indexador	Encargos anuais	Saldo inicial 31/12/2018	Juros incorridos	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Custo de emissão	Saldo final 31/12/2019
1ª emissão 476	dez/25	IPCA	7,86%	371.066	41.580	(29.419)	(28.748)	-	354.479
2ª emissão 400	out/26	IPCA	6,40%	367.860	37.338	(18.631)	(23.848)	-	362.719
Custo com emissão				(6.774)	-	-	-	960	(5.814)
Total				732.152	78.918	(48.050)	(52.596)	960	711.384

Parcela do circulante	65.274	85.711
Parcela do não circulante	666.878	625.673

Em 31 de dezembro de 2020, os custos de captação com as instituições financeiras para emissão das debêntures são de R\$ 4.852 (R\$ 5.814 em 31 de dezembro de 2019).

Segue abaixo a composição das debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

2022	108.748
2023	120.687
2024	120.687
2025 em diante	223.960
	<u>574.082</u>

Até 31 de dezembro de 2020, a Concessionária realizou o pagamento de amortização do principal e dos juros das debêntures, conforme abaixo:

Pagamento	1º Emissão				2º Emissão	Total
	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	Série única	
Principal	8.676	8.622	8.696	8.901	29.207	64.102
Juros	6.847	6.721	6.807	6.939	23.270	50.584

Garantias e cláusulas restritivas financeiras (Vide Nota Explicativa nº 11).

13. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Objeto	Saldo inicial 31/12/2019	Adições	Atualização (a) resultado	Atualização intangível	Transf.	Compensação (b)	Pagamento	Saldo final 31/12/2020
Outorga variável	232.134	155.999	7.642	-	-	-	(239.776)	155.999
Outorga fixa	1.254.437	-	99.844	15.927	589.184	(665.752)	-	1.293.640
(-) Reequilíbrio	(9.405)	(856.602)	(35.957)	-	(6.046)	665.752	-	(242.258)
Circulante	1.477.166	(700.603)	71.529	15.927	583.138	-	(239.776)	1.207.381
Outorga fixa	11.682.545	-	940.345	150.006	(589.184)	-	-	12.183.712
(-) Reequilíbrio	(79.422)	(17.280)	(3.904)	-	6.046	-	-	(94.560)
Não circulante	11.603.123	(17.280)	936.441	150.006	(583.138)	-	-	12.089.152
Total	13.080.289	(717.883)	1.007.970	165.933	-	-	(239.776)	13.296.533

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização do saldo pelo IPCA e INPC;

(b) Compensação da Outorga Fixa, conforme Decisão nº 191, nº 138, nº 215 da ANAC.

Objeto	Saldo inicial 31/12/2018	Adições	Atualização (a) resultado	Atualização intangível	Transf.	Compensação (b)	Pagamento	Saldo final 31/12/2019
Outorga variável	230.379	232.349	-	-	-	-	(230.594)	232.134
Outorga fixa	1.202.651	-	85.992	23.992	1.175.453	(10.285)	(1.223.366)	1.254.437
(-) Reequilíbrio	(9.812)	-	407	-	(10.285)	10.285	-	(9.405)
Circulante	1.423.218	232.349	86.399	23.992	1.165.168	-	(1.453.960)	1.477.166
Outorga fixa	11.833.718	-	800.842	223.438	(1.175.453)	-	-	11.682.545
(-) Reequilíbrio	(79.605)	-	(10.102)	-	10.285	-	-	(79.422)
Não circulante	11.754.113	-	790.740	223.438	(1.165.168)	-	-	11.603.123
Total	13.177.331	232.349	877.139	247.430	-	-	(1.453.960)	13.080.289

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização do saldo pelo IPCA.

(b) Compensação da Outorga Fixa, conforme Decisão nº 191.

Devido aos reflexos da pandemia da COVID-19 (vide Nota Explicativa nº 1.1), houve a adesão à postergação do pagamento da outorga fixa e variável da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos para 18 de dezembro de 2020, conforme art. 2º da Lei nº 14.034 de 05 de agosto de 2020. O montante foi atualizado com base no índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Outorga fixa

Pela assinatura do contrato de concessão, a Concessionária se obriga a pagar à União uma contribuição fixa no total de R\$ 16.213.000, reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a., conforme a orientação técnica OCPC 05, que será paga em 20 parcelas anuais de R\$ 810.650. Esses pagamentos ocorrem no mês de julho de cada ano, sendo necessária a constituição de conta reserva em maio de cada ano. Os pagamentos são reajustados pelo IPCA-IBGE desde a data da realização da sessão pública do leilão, que ocorreu em fevereiro de 2012, até a data do efetivo pagamento, em conta a favor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC). Até 31 de dezembro de 2020, a Concessionária já liquidou 08 parcelas.

Repactuação da outorga fixa

Em 17 de agosto de 2017, através da Nota Técnica nº 11(SEI)/2017/SRA, a ANAC consentiu a reprogramação do fluxo de pagamento das outorgas e apresentou aditivo do contrato, estabelecendo o novo fluxo de pagamentos.

Em 26 de outubro de 2017, a Medida Provisória nº 779/17, que tratava sobre a reprogramação do pagamento da contribuição fixa, foi convertida na Lei nº 13.499/17, a qual, celebra os aditivos contratuais que versem sobre a alteração do cronograma de pagamentos das outorgas nos contratos de parceria no setor aeroportuário celebrados até 31 de dezembro de 2016.

Em 19 de dezembro de 2017, após o pagamento integral da outorga fixa de 2017, a Concessionária realizou a antecipação do valor de R\$ 319.000 (em valores de 2012), atualizado até esta data, totalizando o montante de R\$ 460.000 referente à parte da outorga fixa de 2018, em conformidade com o aditamento ao contrato de concessão que alterou o fluxo de pagamento da outorga fixa original, nos termos da Lei nº 13.499/2017 e da Portaria nº 135/MTPA.

De acordo com o referido aditamento, a Concessionária postergou para os anos entre 2031 e 2032 o montante pago antecipadamente de R\$ 319.000, devidamente atualizado. O saldo remanescente de R\$ 172.650 (em valores de 2012), foi pago em 11 de julho de 2018, devidamente atualizado, totalizando o montante de R\$ 242.740.

Em 17 de dezembro de 2020, a Concessionária assinou junto à Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC), termo aditivo ao contrato de concessão, contemplando a reprogramação do pagamento da Outorga Fixa, da seguinte forma:

- Pagamento da contribuição fixa de 2020 em duas parcelas, com 50% vencendo em 18 de dezembro de 2020, e os outros 50% a serem pagos junto com as outorgas fixas dos anos de 2029, 2030 e 2031; e
- Postergação dos vencimentos das outorgas de 2021, 2022, 2023 e 2024 passando de 11 de julho para 18 de dezembro de cada ano.

As informações foram divulgadas ao mercado através de fato relevante enviado em 18 de dezembro de 2020.

Outorga variável

Além da contribuição fixa, a Concessionária também se compromete a pagar a contribuição variável que corresponderá ao montante em reais resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre o total da receita bruta anual, deduzida dos cancelamentos, devoluções e descontos incondicionais. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%.

Em 17 de dezembro de 2020, a Concessionária pagou o montante correspondente a R\$ 239.776, referente a parcela de 2020 que foi prorrogada para 18 de dezembro de 2020, conforme art. 2º da Lei nº 14.034 de 05 de agosto de 2020.

Reequilíbrio econômico financeiro – Decisão nº 191 da ANAC de 22 de dezembro de 2016

Em 30 de outubro de 2014, a Concessionária protocolou junto à ANAC o pedido de revisão extraordinária do equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão em razão da alteração contratual efetuada pela Decisão nº 121 da ANAC, de 13 de novembro de 2012, que teve como objetivo a alteração unilateral das tarifas aplicáveis aos serviços de Armazenagem e Capatazia, referentes às cargas importadas em trânsito. Tal regime tarifário diferiu pontualmente em relação àquele aplicável à Infraero no tocante ao mecanismo de cálculo das tarifas aeroportuárias aplicáveis ao mercado de carga importada. Entre as alterações, destaca-se o tratamento dispensado às cargas em trânsito para zona primária e trânsito internacional.

Em 22 de dezembro de 2016, a diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) aprovou 1ª Revisão Extraordinária do contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos em R\$ 113.844 com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico financeiro.

Conforme estabelecido na Decisão nº 191 da ANAC, a parcela da contribuição fixa devida em cada ano será deduzida pelo valor aplicável conforme tabela.

Ano	Valor a ser deduzido
2016	32.796
2017	7.143
2018	6.862
2019	6.580
2020	6.298
2021	6.019
2022	5.745
2023	5.521
2024	5.299
2025	5.025
2026	4.760
2027	4.505
2028	4.259
2029	4.022
2030	3.796
2031	3.593
2032	1.621
Total	113.844

Os valores estabelecidos na tabela, serão revistos quando da realização de revisões periódicas do fluxo de caixa marginal e, eventuais diferenças relativas às estimativas dos anos anteriores, deverão ser compensadas no pagamento da contribuição fixa seguinte à conclusão do processo de revisão. O valor a ser descontado em cada ano deverá ser atualizado pelo IPCA-IBGE, acumulado entre abril de 2016 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução ANAC nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondente.

Reequilíbrio econômico financeiro – Decisão nº 138 da ANAC de 04 de agosto de 2020

Em 07 de março de 2019, a Concessionária interpôs o pedido de revisão extraordinária do contrato de concessão relativo ao evento “Novas exigências para alfandegamento”. A Concessionária sustenta que em razão de alteração da regulamentação da Receita Federal do Brasil – RFB, materializada pela Portaria nº 1001, de 6 de maio de 2014, teria sido obrigada a arcar com os custos decorrentes de contratação de pessoal habilitado para a operação dos equipamentos de inspeção não invasiva (escâneres) nas áreas de alfandegamento, despesas as quais eram anteriormente suportadas pela própria RFB.

Em 04 de agosto de 2020, conforme Decisão nº 138, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico-financeiro.

A parcela da contribuição fixa devida em 2020 será deduzida pelo valor referente ao desequilíbrio verificado entre 2014 e 2020, correspondente a R\$ 10.082 a valores de agosto de 2014. Os valores serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado entre agosto de 2014 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual devida em 2020, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondente.

A partir de 2021, a parcela a ser deduzida da contribuição fixa em cada ano corresponderá valores indicados na tabela contida no anexo desta Decisão para o mesmo ano, os quais também deverão ser atualizados considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acumulado entre agosto de 2014 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela referida Resolução nº 355, de 2015, proporcional ao número de meses correspondentes, conforme tabela abaixo.

Ano	Valor a ser deduzido
2014	1.040
2015	2.026
2016	1.675
2017	1.630
2018	1.354
2019	1.223
2020	1.134
2021	1.061
2022	994
2023	930
2024	871
2025	816
2026	764
2027	714
2028	669
2029	627
2030	587
2031	549
2032	304
Total	18.968

Reequilíbrio econômico financeiro – Decisão nº 215 da ANAC de 25 de novembro de 2020

Em razão dos prejuízos causados pela pandemia da COVID-19, com o objetivo de recompor o equilíbrio econômico financeiro da Concessionária, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do contrato de concessão. O valor referente ao reequilíbrio verificado em 2020, corresponde ao montante de R\$ 854.914 a valores de 18 de dezembro de 2020, com incidência de PIS e COFINS sobre o montante (vide Notas Explicativas nº 7 e 19).

Deste reequilíbrio, a Concessionária compensou a parcela da outorga fixa a pagar de 2020 com vencimento em 18 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 634.639. O saldo remanescente não compensado de R\$ 220.275 será deduzido das parcelas das outorgas dos próximos anos.

14. PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Concessionária é parte em processos administrativos e ações judiciais perante a órgãos públicos e tribunais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, tributárias, administrativas, cíveis e outros assuntos, como apresentado a seguir:

	<u>31/12/2019</u>	<u>Provisões</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisão para riscos					
Trabalhistas (a)	16.573	11.112	(2.745)	835	25.775
Tributário (b)	170	-	(9)	4	165
Administrativos (c)	353	-	(49)	6	310
Cíveis (d)	343	3.403	(196)	69	3.619
Total	<u>17.439</u>	<u>14.515</u>	<u>(2.999)</u>	<u>914</u>	<u>29.869</u>

A Concessionária, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que as provisões registradas são suficientes para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis.

Riscos possíveis - Valores não provisionados

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Provisão para riscos		
Trabalhistas (a)	2.207	2.932
Tributários (b)	482.139	334.838
Administrativo (c)	42.534	41.489
Cíveis (d)	159.870	136.273
Total	<u>686.750</u>	<u>515.532</u>

a) Riscos trabalhistas

A Concessionária é parte em diversos processos de natureza trabalhista cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de condenação subsidiária, decorrente de contratos de prestação de serviços (terceirização), estes processos representam 78% do total das contingências.

b) Riscos tributários

Existem autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, cujos objetos, em sua maioria, estão relacionados à atividade de armazenagem de mercadorias sob pena de perdimento nos armazéns do Aeroporto, autos de Infração lavrados pela Prefeitura do Município de Guarulhos arguindo a cobrança de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e lançamentos de Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) também realizados pela Prefeitura do Município de Guarulhos. No caso do IPTU, caso a cobrança seja declarada devida pelo Poder Judiciário, a Concessionária entende possível requerer o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão junto à ANAC.

Há também uma Ação Civil Pública por suposto ato de Improbidade Administrativa (processo nº 1000336-33.2019.8.26.0224) que tramita na 2ª Vara da Fazenda Pública de Guarulhos cujo objeto é a alíquota de ISS estipulada pela Prefeitura de Guarulhos entre os anos de 2012 a 2015, incidente sobre as receitas tarifárias.

c) Riscos Administrativos

Autuações oriundas de autoridades administrativas, como ANAC, Anvisa, Ipem-SP/Inmetro, Prefeitura do Município de Guarulhos, com instauração dos respectivos processos administrativos nos quais a Concessionária figura no polo passivo.

d) Riscos cíveis

Processos de natureza indenizatória promovidos por passageiros, motivados por furto ou extravio de bagagem ou outros fatos ocorridos dentro do Aeroporto cuja responsabilidade está sendo imputada à Concessionária, ou processos promovidos por cessionários de área aeroportuária (lojistas, companhias aéreas, outros) e fornecedores, relativos de pleitos de indenização, cobrança de valores, obrigação de fazer, ou outras naturezas.

Depósitos recursais e judiciais

Em 31 de dezembro de 2020, a Concessionária possuía R\$ 25.832 em depósitos recursais e judiciais (R\$ 20.187 em 31 de dezembro de 2019).

15. RECEITA DIFERIDA

	Saldo inicial 31/12/2019	Adição	Apropriação	Transferência	Saldo final 31/12/2020
Cessão de espaço	12.024	-	(19.850)	18.442	10.616
Reequilíbrio	7.756	856.602	(871.742)	17.825	10.441
Circulante	19.780	856.602	(891.592)	36.267	21.057
Cessão de espaço	89.237	4.285	-	(18.442)	75.080
Reequilíbrio	52.707	17.280	448	(17.825)	52.610
Não Circulante	141.944	21.565	448	(36.267)	127.690
	161.724	878.167	(891.144)	-	148.747
	Saldo inicial 31/12/2018	Adição	Apropriação	Transferência	Saldo final 31/12/2019
Cessão de espaço	9.981	1.443	(11.476)	12.076	12.024
Reequilíbrio	7.756	-	(8.150)	8.150	7.756
Circulante	17.737	1.443	(19.626)	20.226	19.780
Cessão de espaço	94.076	7.237	-	(12.076)	89.237
Reequilíbrio	59.288	-	1.569	(8.150)	52.707
Não Circulante	153.364	7.237	1.569	(20.226)	141.944
	171.101	8.680	(18.057)	-	161.724

A receita diferida da Concessionária está composta por contratos com lojistas, referente à cessão de espaço, como também o impacto do reconhecimento diferido da receita com o reequilíbrio econômico financeiro.

A atualização do reequilíbrio econômico (vide Nota Explicativa nº13), feita por meio do reconhecimento do ajuste a valor presente ao resultado, se dá em base sistemática semelhante à apropriação da receita diferida, por este motivo, o montante de receita diferida de reequilíbrio econômico no passivo não circulante não teve qualquer movimentação de atualização.

16. OUTROS PASSIVOS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Repasso PAN/PAT (a)	38	54
Repasso ao Tesouro Nacional (b)	15.420	74.039
Contribuição Mensal (c)	<u>39.686</u>	<u>65.865</u>
Total(*)	<u><u>55.144</u></u>	<u><u>139.958</u></u>

(*) Redução devido ao menor volume de PAX no comparativo entre os períodos devido ao efeito do COVID-19.

- (a) O repasse PAN/PAT foi fixado em função do uso das comunicações e dos auxílios, rádio e visuais em área terminal de tráfego aéreo (doméstico ou internacional) e é destinado ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA). Os percentuais são variáveis e determinados conforme peso das bagagens e cargas.
- (b) O repasse ao Tesouro Nacional corresponde ao adicional do Fundo Nacional de Aviação Civil incidente sobre as tarifas de embarque internacional instituído pela Lei nº 9.825/99. O repasse corresponderá a US\$ 18,00 (dezoito dólares estadunidenses) independentemente da tarifa praticada e dos reajustes decorrentes do Contrato de Concessão.
- (c) A Contribuição Mensal corresponde ao montante mensal resultante da aplicação de alíquota de 22,65% sobre a receita mensal proveniente da cobrança de Tarifas de Embarque, Pousos e Permanência e dos Preços Unificados e de Permanência, domésticas e internacionais, e de Armazenagem e Capatazia.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Concessionária é de R\$ 2.624.558 (em 31 de dezembro de 2019, era R\$ 2.624.558), sendo totalmente subscrito e integralizado. Composto por ações ordinárias escriturais e sem valor nominal.

	<u>31/12/2020</u>		
	<u>Capital</u>	<u>Ações ordinárias</u>	<u>%</u>
Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - GRUPAR	1.338.525	1.547.106.254	51
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	1.286.033	1.486.435.421	49
Total	<u><u>2.624.558</u></u>	<u><u>3.033.541.675</u></u>	<u><u>100</u></u>

O Estatuto Social da Concessionária determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional bruta tarifária		
Receita de aeronave e passageiros	539.321	1.100.553
Receita de armazenagem e capatazia	610.049	605.298
Total da receita operacional bruta tarifária	<u>1.149.370</u>	<u>1.705.851</u>
Receita operacional bruta não tarifária		
Receitas acessórias	804.594	1.064.483
Total da receita operacional bruta não tarifária	<u>804.594</u>	<u>1.064.483</u>
Total da receita operacional bruta tarifária e não tarifária	<u>1.953.964</u>	<u>2.770.334</u>
Deduções da receita bruta	<u>(578.209)</u>	<u>(732.064)</u>
Impostos sobre receita	(229.422)	(342.259)
Contribuição mensal	(242.690)	(375.342)
Outras deduções	<u>(106.097)</u>	<u>(14.463)</u>
Receitas líquidas de serviços tarifários e não tarifários	<u>1.375.755</u>	<u>2.038.270</u>
Receita de construção	<u>39.543</u>	<u>174.037</u>
Receita operacional líquida	<u><u>1.415.298</u></u>	<u><u>2.212.307</u></u>

19. CUSTOS E DESPESAS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Pessoal e encargos	(109.909)	(123.386)
Conservação e manutenção	(82.836)	(93.334)
Comunicação, marketing e publicidade	(1.048)	(982)
Seguros e garantias	(10.224)	(10.609)
Serviços de terceiros	(103.880)	(133.859)
Veículos	(667)	(663)
Consultoria e assessoria	(8.784)	(9.707)
Aluguéis e impostos	(7.822)	(7.311)
Energia elétrica	(35.042)	(37.910)
Contingências	(18.974)	(9.381)
PECLD	(83.479)	(15.803)
Outorga variável	(153.425)	(228.514)
Depreciação e amortização	(923.877)	(903.026)
Custo de construção	(39.543)	(174.037)
Outros(*)	734.275	17.380
	<u>(845.235)</u>	<u>(1.731.142)</u>
Custo dos serviços prestados	(1.335.542)	(1.439.866)
Custo de construção	(39.543)	(174.037)
Despesas gerais e administrativas	(239.290)	(129.185)
Outras receitas e despesas	769.140	11.946
	<u>(845.235)</u>	<u>(1.731.142)</u>

(*) Na rubrica está incluído o reequilíbrio COVID-19 e impostos incidentes no montante de R\$ 775.835 (vide Nota Explicativa nº 7 e 13).

20. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita financeira		
Juros sobre aplicações financeiras	14.839	34.973
Outras receitas financeiras	41.962	12.375
Total	<u>56.801</u>	<u>47.348</u>
Despesas financeiras		
Atualização monetária sobre outorga fixa	(1.047.831)	(886.834)
Juros sobre debêntures	(79.093)	(78.918)
Juros sobre empréstimos	(200.471)	(232.615)
Comissões e despesas bancárias	(2.635)	(9.521)
Outros	(11.164)	(12.389)
Total	<u>(1.341.194)</u>	<u>(1.220.277)</u>
Total do resultado financeiro líquido	<u>(1.284.393)</u>	<u>(1.172.929)</u>

21. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Concessionária, baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações contábeis. As informações contábeis são regularmente revistas pela Administração da Concessionária para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento “concessão aeroportuária” e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

22. PLANO DE BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA

Em abril de 2014, a Concessionária tornou-se patrocinadora aderente do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social (Infraprev) – com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da Infraero, em cumprimento às disposições expressas no anexo 25 do Edital de leilão nº 2/2011 – contrato de concessão de Aeroportos nº 002/ANAC/2012 – SBGR Aeroporto Internacional de São Paulo Governador André Franco Montoro – Guarulhos – Capítulo XV – das disposições transitórias, item “15.3”.

O patrocinador aderente se obriga a custear o Plano CV contribuindo, em caráter obrigatório, na forma fixada anualmente no plano de custeio, compartilhando obrigações e responsabilidades financeiras do plano referente à totalidade de seus empregados participantes do plano. O plano de custeio será aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo do Infraprev, devendo constar o regime financeiro e o cálculo atuarial.

O Pronunciamento Técnico CPC 33 (IAS 19) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro.

A Concessionária contratou empresa especializada para prestação de serviços técnicos de avaliação atuarial do Plano CV de acordo com as regras estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33.

Na última avaliação atuarial realizada não foi identificado passivo atuarial líquido relevante.

23. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2020, a Concessionária mantém apólices de seguros com vigência mínima de 12 meses que garantem continuidade e eficácia das operações realizadas no aeroporto, como seguro de responsabilidade civil aeroportuário, seguro de riscos operacionais, seguro de riscos de engenharia, garantia de obrigações públicas, seguro de vida bombeiros, seguros de riscos diversos (equipamentos móveis - combate a incêndio) e seguro de frota operacional (carros de apoio ao aeroporto).

Modalidade	Limite máximo de indenização	Vigência		Seguradora
		Início	Fim	
Riscos operacionais	1.870.000	24/05/2020	24/05/2021	Tokio Marine Seguradora
Responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos (US\$)	500.000	24/05/2020	24/05/2021	XL Seguros Brasil/ Starr Internacional Brasil Seguradora
Garantia de obrigações públicas *	624.338	11/07/2020	04/06/2021	Fator Seguradora/Pottencial Seguradora
Seguro de equipamentos móveis	3.300	24/05/2020	24/05/2021	Allianz Seguros S.A.
Seguro de frota	600.000	24/05/2020	24/05/2021	Tokio Marine Seguradora

*Limite de R\$ 624.338 até 10 de julho e endossado em 11 de julho de 2020.

A Concessionária tem participação na apólice de seguro D&O do grupo INVEPAR, com vigência de maio de 2020 a maio de 2021 com limite máximo de garantia de R\$ 100.000 com a Starr Internacional Brasil Seguradora S/A.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Concessionária foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico financeira das instituições envolvidas. A Concessionária não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Concessionária não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira.

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2020 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, valores a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e concessão de serviço público.

Instrumentos financeiros	31/12/2020		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	329.551	-	329.551
Aplicações financeiras vinculadas	274.036	-	274.036
Contas a receber	-	154.851	154.851
Partes relacionadas	-	17.730	17.730
Total do ativo	603.587	172.581	776.168
Passivos			
Fornecedores	-	40.065	40.065
Partes relacionadas	-	25.426	25.426
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	-	2.669.972	2.669.972
Debêntures (*)	-	681.605	681.605
Concessão de serviço público	-	13.296.533	13.296.533
Total do passivo	-	16.713.601	16.713.601

(*) foi desconsiderado o valor do custo de captação.

Instrumentos financeiros	31/12/2019		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	127.257	-	127.257
Aplicações financeiras vinculadas	172.771	-	172.771
Contas a receber	-	256.169	256.169
Partes relacionadas	-	17.730	17.730
Total do ativo	300.028	273.899	573.927
Passivos			
Fornecedores	-	53.005	53.005
Partes relacionadas	-	25.426	25.426
Empréstimos e financiamentos	-	2.660.422	2.660.422
Debêntures (*)	-	717.198	717.198
Concessão de serviço público	-	13.080.289	13.080.289
Total do passivo	-	16.536.340	16.536.340

(*) foi desconsiderado o valor do custo de captação.

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Hierarquia do valor justo

A Concessionária usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	31/12/2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	329.551	329.551	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	274.036	-	274.036	-
Total	603.587	329.551	274.036	-

Mensurados pelo custo amortizado - Passivos financeiros	31/12/2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	2.669.972	-	2.669.972	-
Debêntures (*)	681.605	-	681.605	-
Concessão de serviço público	13.296.533	-	-	13.296.533
Total	16.648.110	-	3.351.577	13.296.533

(*) foi desconsiderado o valor do custo de captação.

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	31/12/2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	127.257	127.257	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	172.771	-	172.771	-
Total	300.028	127.257	172.771	-

Mensurados pelo custo amortizado - Passivos financeiros	31/12/2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	2.660.422	-	2.660.422	-
Debêntures (*)	717.198	-	717.198	-
Concessão de serviço público	13.080.289	-	-	13.080.289
Total	16.457.909	-	3.377.620	13.080.289

(*) Foi desconsiderado o valor do custo de captação.

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

- Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, obtidos junto ao BNDES estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que as operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo.

- Debêntures

As debêntures, em 31 de dezembro de 2020, apresentam valor de mercado de R\$ 620.311 (R\$ 730.972 em 31 de dezembro de 2019).

Fonte: CETIP

- Concessão de serviço público

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas.

b) Fatores de riscos

A Concessionária mantém operações com instrumentos financeiros, onde há uma gestão de riscos de mercado e de crédito por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controles internos consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Concessionária.

- Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Concessionária às concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em bancos, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber. A Concessionária mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras vinculadas em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

As perdas de contas a receber foram registradas na rubrica de provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa, Nota Explicativa nº 6.

- Risco de liquidez

A Concessionária acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Concessionária é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários.

A tabela a seguir resume o perfil de vencimento do passivo financeiro da Concessionária em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

c) Análise de sensibilidade nas taxas de juros

A Concessionária está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e aplicações financeiras.

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total 31/12/2020
Fornecedores	40.065	-	-	-	40.065
Empréstimos e financiamentos	492.191	1.001.597	1.143.740	1.057.967	3.695.495
Debêntures	123.067	253.286	377.176	211.555	965.084
Concessão de serviço público	1.293.640	2.823.526	2.922.654	18.379.046	25.418.866
	<u>1.948.963</u>	<u>4.078.409</u>	<u>4.443.570</u>	<u>19.648.568</u>	<u>30.119.510</u>

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total 31/12/2019
Fornecedores	53.005	-	-	-	53.005
Empréstimos	414.153	1.537.996	2.071.552	289.509	4.313.210
Debêntures	126.317	479.860	415.263	-	1.021.440
Concessão de serviço público	1.254.437	2.710.486	4.460.378	12.525.677	20.950.978
	<u>1.847.912</u>	<u>4.728.342</u>	<u>6.947.193</u>	<u>12.815.186</u>	<u>26.338.633</u>

Decorre da possibilidade da Concessionária sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Concessionária possui aplicações financeiras a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros dos empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com o poder concedente estão vinculadas à variação da TJLP, IPCA e CDI.

Nas tabelas a seguir, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: cenário provável, o adotado pela Concessionária com base nos preços de contratos futuros negociados em bolsa de valores e/ou mercadorias e futuros, e cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados com deterioração de 25% (cenário A) e 50% (cenário B) da variável do risco considerado.

Ativo financeiro

Operação	31/12/2020	Risco/indexador	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Caixa e equivalentes de caixa (*)	329.551	CDI (% ao ano)	8.865	6.657	4.449
Aplicações financeiras vinculadas	274.036	CDI (% ao ano)	7.372	5.536	3.699
<u>Referência para ativos financeiros</u>			<u>Provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
CDI (% ao ano)			2,69%	2,02%	1,35%

(*) O montante R\$ 325.963 corresponde a aplicações em fundos de investimento lastreados em títulos público indexadas pelo CDI.

Passivo financeiro

Operação	31/12/2020	Risco/indexador	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Empréstimos e financiamentos	2.660.715	TJLP (% ao ano)	112.814	141.018	169.221
Arrendamentos	9.257	CDI (% ao ano)	249	311	374
Debêntures	681.605	IPCA (% ao ano)	20.312	25.390	30.468
Outorga Fixa	13.296.533	IPCA (% ao ano)	396.237	495.296	594.355
<u>Referência para passivos financeiros</u>			<u>Provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
TJLP (% ao ano)			4,24%	5,30%	6,36%
CDI (% ao ano)			2,69%	3,36%	4,04%
IPCA (% ao ano)			2,98%	3,73%	4,47%

25. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

A Concessionária teve as seguintes transações não caixa no exercício que foram excluídas do fluxo de caixa:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos capitalizados	1.867	11.591
Encargos financeiros sobre outorga capitalizados	165.933	247.430
Aquisição de intangível e imobilizado ainda não liquidada (fornecedores)	4.499	7.187
Compensação outorga fixa	665.752	10.285

26. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício. Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão dessas demonstrações contábeis.

A Concessionária não possui instrumentos diluidores em 31 de dezembro de 2020 e 2019, e conseqüentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído. A tabela a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizando o cálculo de resultado básico e diluído por ação:

<u>Resultado básico e diluído por ação</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Numerador		
Prejuízo líquido do exercício atribuído aos acionistas da Concessionária	(124.030)	(874.453)
Denominador (em milhares de ações)	<u>3.033.542</u>	<u>3.033.542</u>
Média ponderada por número de ações		
Resultado básico e diluído por ação - em reais	<u>(0,041)</u>	<u>(0,288)</u>

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de divulgação das informações contábeis a Concessionária não apresentou nenhum evento subsequente a ser divulgado.

* * *